349ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA 1 2 FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ATA. Às nove horas no dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e cinco, na sala 101 do bloco A. 3 realizou-se a 349ª Reunião Ordinária do Conselho Técnico Administrativo (CTA) da 4 5 Faculdade de Educação, sob a Presidência da Senhora Diretora Profa. Dra. Carlota Boto, Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto, Vice-Diretor, com a presença dos seguintes 6 membros: Prof. Dr. Rogério de Almeida, Chefe do EDA; Profa. Dra. Claudia Rosa 7 Riolfi, Vice-Chefe do EDM; Profa. Dra. Juliana de Souza Silva, representante dos 8 docentes; Profa. Dra. Vivian Batista da Silva, Diretora da Escola de Aplicação; Sra. 9 10 Nataly de Moraes Antunes, representante dos funcionários administrativos e Sra. 11 Marina Aparecida Capusso, representante dos funcionários administrativos nas vagas 12 que seriam indicadas pela Direção; Sra. Regina Sonia da Silva Santiago, Chefe da 13 Divisão Administrativa; Sra. Daniela Pires, Representando a Biblioteca; Luci Mara R. 14 Gimenes, Chefe da Divisão Acadêmica e Sra. Paula Freire Mendonça, Chefe da Divisão Financeira. Justificaram a presença: Profa. Dra. Kimi Aparecida Tomizaki, 15 Chefe do EDF, Sra. Francisca Paludetto Silva Sarto, representante dos discentes e o 16 Sr. Cleber Carlos de Oliveira. Tendo em vista a presença dos membros, a Senhora 17 18 Diretora declara aberta a sessão da 349ª Reunião Ordinária do CTA da FEUSP. Iª PARTE - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ATA. 1 - Discussão e Votação da Ata da 347ª 19 Reunião Ordinária do Conselho Técnico Administrativo (CTA) da FEUSP, realizada no 20 dia 12/06/2025. Marina parabeniza as colegas, porque é uma ata que dá conta de tudo 21 o que foi discutido na reunião. É importante mesmo que a gente tenha o registro 22 23 detalhado. Profa. Carlota concorda com Marina e parabeniza a Divisão Acadêmica pela ata que está muito bem feita. Era uma ata difícil e considera também que ela foi 24 25 muito bem escrita, muito bem elaborada, como as outras atas. Colocada em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 06 26 27 (seis), por unanimidade dos presentes. Ila PARTE - EXPEDIENTE 1 - Expediente da Diretoria da FEUSP: A professora Carlota justificou a ausência da professora Kimi. 28 29 que está doente e em seguida, passou ao expediente da diretoria. Professora Carlota 30 relatou que, juntamente com o professor Valdir, realizou uma reunião com o Reitor e 31 a Vice-Reitora para tratar do novo prédio. Segundo ela, a resposta da administração 32 foi desanimadora, pois havia a expectativa de contar com uma reserva orçamentária para a construção. No entanto, foi informado que isso não seria viável dentro da atual 33 gestão da reitoria. Diante disso, foi solicitado um novo projeto para o prédio, já que o 34 35 anterior está bastante desatualizado. A proposta foi apresentar esse novo projeto à Reitoria para que ele seja aprovado. Agora, aguardam a resposta oficial. A professora 36 também compartilhou uma notícia positiva: houve uma reunião com o advogado e com 37 os responsáveis pela FAFE e há perspectiva de retorno das atividades da fundação 38 ainda nesta gestão. O principal processo que tramitava contra a fundação dizia 39 40 respeito ao desvio de verbas para a construção da biblioteca. Contudo, o Tribunal de

Justiça, em segunda instância, considerou legítimo o investimento da fundação na biblioteca da própria faculdade, com uma decisão unânime (7 a 0). Com essa vitória, os demais processos, de menor relevância, tendem a ser facilitados. O advogado acredita que a liberação dos recursos da FAFE poderá ocorrer até o final do ano, possibilitando que a fundação volte a operar. Trata-se de uma conquista significativa, especialmente considerando 0 contexto jurídico desfavorável anteriormente. Ao final, Sra. Marina questionou se os processos foram movidos pelo Ministério Público ou por uma entidade individual. A professora Carlota respondeu que o processo foi movido pelo Ministério Público. Ela prosseguiu informando que há quatro emendas parlamentares em andamento. Duas delas são estaduais e estão voltadas para a melhoria do Centro de Memória e de obras físicas que complementam a construção atualmente em fase de conclusão. As outras duas emendas são federais: uma, indicada pela professora Sônia, será destinada à organização do acervo do professor Celso Beisiegel e da professora Maria Nilde Mascelani; e a outra, do professor Daniel Cara, prevê a criação de um laboratório de videoconferência, além de possibilitar a realização de cursos de extensão voltados para a efetivação de conselhos escolares. Continuou informando que está sendo agendada uma data, juntamente com o professor Valdir e a professora Iracema, para a realização de um seminário sobre mestrado profissional. Essa iniciativa responde a uma demanda da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que demonstrou interesse na criação de um Mestrado Profissional em Gestão Escolar pela Faculdade. A proposta é levar o tema para discussão interna, a fim de avaliar se há interesse da comunidade acadêmica em implementar esse curso, e, em caso afirmativo, se o foco será de fato a Gestão Escolar. A Pró-Reitoria indicou, no entanto, que, caso a Faculdade de Educação não queira desenvolver esse mestrado, a Faculdade de Economia e Administração (FEA) já manifestou interesse na proposta. A professora também anunciou que, no dia 17 de setembro, será realizado um seminário da Comissão de Acervos, criada com o objetivo de articular os diversos acervos da Faculdade: bibliotecas, centros de memória, Labrimp, Escola de Aplicação e MEB. O tema do seminário será *Patrimônio Histórico* Educativo, Centros de Memória e Bibliotecas e todos foram convidados a participar da iniciativa. Ela informou ainda que, no dia anterior, houve uma reunião da Comissão Plenária, presidida pela Vice-Reitoria, com a participação da CAA, CAI, CADE, CERT e dos pró-reitores. A pauta da reunião tratou dos recursos relacionados aos relatórios de progressão horizontal. Dos cerca de 36 recursos apresentados, apenas quatro foram aprovados. A Faculdade de Educação teve apenas um caso analisado, o qual recebeu parecer negativo por parte da Comissão de Avaliação, do Departamento, da Congregação e da CADE, mantendo-se o indeferimento do pedido de progressão. A professora Carlota avisou que o prazo para a submissão dos projetos acadêmicos docentes será de 1º de setembro a 3 de novembro. Após a finalização do projeto acadêmico da unidade e dos departamentos, agora cabe aos docentes elaborarem

41

42

43

44 45

46

47

48

49

50 51

52

53 54

55

56

57 58

59

60

61 62

63

64

65 66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78 79

seus respectivos projetos individuais dentro desse prazo. Informou que, no dia anterior, ocorreu uma reunião do Plano Diretor, a qual está avançando de forma satisfatória. Como parte das atividades relacionadas, será realizada uma palestra com a professora Rita Galego sobre a temática dos espaços na educação, no dia 1º de setembro, às 15h. Mencionou ainda que está em negociação a realização de uma palestra com a professora Raquel Rolnik, com o objetivo de discutir o Plano Diretor da própria universidade. Além disso, está sendo organizada uma consulta à comunidade, iniciativa pela qual a professora agradeceu a presença e participação da Marina e da Regina, ambas têm se destacado como principais articuladoras desse processo, juntamente com o professor Valdir. A professora Carlota também destacou o excelente início do encontro do EDM - Raízes e Horizontes, ocorrido no dia anterior, que contou com a conferência da professora Denice Catani, reconhecida por sua competência. Ela fez questão de ressaltar, ainda, a brilhante introdução realizada pela professora Cláudia Riolfi, que mais do que uma simples apresentação, constituiu um verdadeiro trabalho de investigação, no qual a história do departamento foi apresentada de forma minuciosa e bem elaborada. A professora Carlota parabenizou a professora Cláudia pelo trabalho realizado. A professora Carlota informou que recebeu, por meio da servidora Daniela Pires, a notícia de que a biblioteca da Faculdade de Educação passou a integrar o catálogo do Patrimônio Nacional da Fundação Biblioteca Nacional. Ela destacou a importância dessa conquista, especialmente porque há a intenção de incluir, futuramente, a Biblioteca Paulo Bourroul nesse mesmo catálogo. Segundo a professora, um dos principais objetivos de sua gestão é a classificação das bibliotecas Paulo Bourroul e Damasceno Soares como patrimônios históricos. Esse compromisso tem sido abraçado pelas bibliotecárias, que vêm se dedicando intensamente à organização e à catalogação dessas bibliotecas, o que foi motivo de agradecimento por parte da professora Carlota. Daniela Pires acrescentou que, junto com a servidora Nataly, entrou em contato com a Fundação Biblioteca Nacional com o intuito de incluir formalmente a biblioteca da Faculdade de Educação no catálogo de patrimônio histórico. A justificativa está baseada no fato de que a biblioteca possui diversas coleções que se enquadram nos critérios de reconhecimento como patrimônio histórico e cultural no Brasil. Essa inclusão é significativa tanto para a biblioteca quanto para a Faculdade de Educação, pois representa não apenas o reconhecimento da importância do acervo, mas também um compromisso institucional com a preservação dessas coleções. A próxima etapa, segundo a Sra. Daniela, é trabalhar para a inclusão de coleções inteiras no catálogo, indo além da catalogação item a item. A intenção é demonstrar que, em alguns casos, o conjunto da coleção possui valor patrimonial raro, como é o caso da coleção Paulo Bourroul. Além disso, está em andamento um contato com a Comissão de Preservação, com o objetivo de incluir essas coleções no Guia de Coleções do Patrimônio Histórico da Universidade de São Paulo. Sra. Daniela observou que a resposta da Fundação Biblioteca Nacional foi mais ágil do que a da

81

82

83 84

85

86

87

88 89

90 91

92

93 94

95

96

97 98

99 100

101

102103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118119

própria universidade, cuja manifestação ainda está pendente. Mesmo assim, a meta permanece: alcançar o devido reconhecimento institucional para essas coleções de grande relevância histórica e cultural. A professora Carlota destacou que, inclusive a partir dos acervos da biblioteca, foram desenvolvidos trabalhos extremamente relevantes para a história da educação. Entre eles, mencionou o trabalho da professora Vivian, cuja tese de doutorado se baseou fundamentalmente em compêndios antigos, muitos dos quais pertencentes à coleção Paulo Bourroul. Tanto sua tese de doutorado quanto a pesquisa de livre-docência foram viabilizadas graças ao acesso a esse acervo. Tratam-se de produções amplamente reconhecidas e consideradas referências no cenário acadêmico nacional. Além da professora Vivian, a professora Carlota citou outros docentes e pesquisadores que também desenvolveram estudos significativos a partir dos acervos da biblioteca, como a professora Vera Maria Ferrão Candau Valdemarin, entre muitos outros. Com a palavra ao professor Valdir, destaca dois pontos principais. O primeiro é que ele esteve presente no Conselho Universitário Extraordinário, que tratou especificamente das novas regras para concursos docentes, abrangendo os concursos de ingresso, de livre-docência e para a carreira de professor titular. Explicou que não entraria em detalhes, pois não se recordava de todos os pontos e preferia aguardar a chegada oficial dos documentos com as propostas. Ressaltou, contudo, que essas mudanças trarão uma certa margem de autonomia para que as unidades possam deliberar sobre alguns aspectos dos concursos, o que representa uma melhoria significativa. A intenção é tornar os processos seletivos mais ágeis e eficientes, sem prejuízo à qualidade das contratações. O professor destacou ainda que o Conselho foi bastante interessante, pois evidenciou a seriedade com que muitos participantes tratam o tema. Havia uma preocupação, percebida inclusive por parte do Reitor e da Vice-Reitora, de que eventuais propostas de simplificação pudessem comprometer a profundidade e o rigor dos concursos. No entanto, a condução da Reitoria garantiu que isso não ocorresse e as propostas apresentadas mantiveram o compromisso com a qualidade. ao mesmo tempo em que buscavam maior eficiência nos processos. Na reunião com as chefias de departamento, o professor Rogério sugeriu que, assim que o documento oficial for recebido, seja criada uma comissão no âmbito da Congregação ordinária, especialmente após a realização de uma Congregação extraordinária com pauta única dedicada à aprovação das bancas dos concursos. Essa comissão teria como finalidade analisar o documento e propor eventuais alterações nos procedimentos atuais da unidade. Entre os pontos que poderão ser discutidos estão, por exemplo, a retirada da prova escrita no concurso de livre-docência ou a definição nos concursos de ingresso, entre a exigência de prova escrita ou apresentação de plano de trabalho. A proposta é que a comissão elabore um parecer que ofereça maior clareza para a tomada de decisão no momento da votação pela Congregação. A professora Carlota acrescentou que ainda é necessário avaliar se a criação de uma comissão é de fato

121

122

123

124125

126127

128

129

130

131

132

133

134

135

136137

138

139

140141

142143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153154

155

156

157

158

159

necessária. Em sua opinião, os temas em questão são tópicos específicos e poderiam ser votados diretamente pela Congregação. Explicou que a formação de uma comissão faz mais sentido quando há um conjunto mais amplo e articulado de questões a serem analisadas. No entanto, no caso presente, trata-se de decisões pontuais como, por exemplo, definir se a prova escrita será anônima ou não, se haverá prova escrita no concurso de livre-docência ou se a pessoa candidata poderá escolher os tópicos da prova didática. Diante disso, considerou que não seria necessário constituir uma comissão para tratar desses itens isoladamente. O professor Rogério explicou que a proposta de criação da comissão se refere, na verdade, à formação de um grupo de trabalho (GT) que pudesse apresentar, com base em um estudo mais aprofundado, os prós e contras de determinadas escolhas. Como exemplo, mencionou que não teria clareza imediata sobre preferências como a manutenção ou não da prova escrita, se ela deve ser anônima ou identificada, entre outros aspectos. Destacou que, para tomar uma decisão consciente, gostaria de refletir conjuntamente com os colegas sobre pontos específicos, como o fato de atualmente não haver leitura pública da prova escrita e em vez disso, haver uma avaliação individual, com base na leitura de uma prova não identificada. Admitiu que, caso tivesse de votar naquele momento, não saberia qual modelo preferiria. Enfatizou que a proposta não é que o grupo de trabalho tome decisões em nome da Congregação, mas sim que elabore uma análise para subsidiar a discussão e a votação. Como exemplo, mencionou que, pessoalmente, considera mais adequada a prova escrita como etapa inicial dos concursos do que a apresentação de um projeto acadêmico, mas reconhece que essa visão pode não ser compartilhada por todos os colegas. Dessa forma, considera que uma eventual votação sem embasamento prévio sobre as vantagens e desvantagens de cada formato pode ser precipitada. A professora Carlota reforçou que a decisão final caberá à Congregação. O professor Rogério concluiu que sua proposta consiste, portanto, em submeter à Congregação a sugestão de criação do grupo de trabalho, para que seja definido coletivamente o melhor caminho a seguir. O professor Valdir sugeriu que a própria Congregação poderia funcionar como um grupo de trabalho (GT). Destacou que o primeiro passo seria fazer um levantamento dos itens sobre os quais a unidade terá autonomia para decidir. Aproveitou também para abordar a questão da reforma do bloco B. Informou que, após conversas com a Reitoria, houve um diálogo com a SEF (Superintendência do Espaço Físico), o que possibilitou a recuperação do relatório detalhado da obra, indicando o que já foi realizado e o que ainda está pendente. O professor enfatizou a importância de comunicar melhor à comunidade sobre a reforma do bloco B, especialmente para evitar interpretações equivocadas. Comentou que, ao se afirmar que a verba foi aplicada na Ala A, pode parecer que houve um desequilíbrio ou até um erro de planejamento, como se a Ala B estivesse completamente negligenciada. Utilizou uma metáfora para ilustrar essa percepção equivocada: "de um lado tem o prédio, do outro, o abismo". Explicou, no entanto, que

161

162

163

164 165

166

167168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180 181

182183

184

185 186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

no plano original de reforma, cerca de 85% da obra estava prevista para a Ala A. Portanto, afirmar que os recursos foram destinados a essa ala não significa que apenas uma parte pequena foi contemplada, mas sim que quase a totalidade da verba foi empregada conforme o previsto. Acrescentou que é necessário reformular a narrativa sobre o uso dos recursos, para que não se crie a impressão de que há um cenário de abandono nas alas B e C. Ressaltou que a maior parte da reforma já está praticamente concluída, com cerca de 90% do projeto executado. O que permanece pendente são, basicamente, dois banheiros e o balcão de acessibilidade para a pósgraduação, itens que ainda podem ser realizados por outras vias. Sra. Regina explicou que o início da obra foi motivado por um questionamento do Ministério Público, relacionado à acessibilidade. Esse questionamento levou à necessidade de realizar ajustes no espaço. Segundo ela, quando a reforma começou a ser discutida na Faculdade, não se sabe exatamente em que ano, mas houve uma solicitação para a adaptação da lanchonete, algo que considerava necessário. Em relação ao projeto de reforma, Sra. Regina detalhou que a nova legislação estabelece que os banheiros de acessibilidade devem ser externos e não internos. Portanto, o principal ajuste no projeto foi a adequação dessa normativa. Além disso, houve alguns ajustes na Ala A, especialmente para atender a uma demanda de instalação de mais bebedouros. A questão é que os bebedouros não podem ficar soltos nos corredores, sendo necessário que sejam instalados em áreas com recuo adequado. Isso levou à solicitação de modificação de uma parte do projeto, para viabilizar um espaço apropriado para os bebedouros, o que também se aplicaria às alas B e C. No entanto, ela esclareceu que a reforma total dos banheiros não estava inicialmente prevista no projeto. 2 - Escola de Aplicação: A professora Vivian informou que não há grandes novidades no momento, mas comunicou que as aulas foram retomadas normalmente. Destacou uma informação importante que a Escola de Aplicação está com uma vaga aberta para professor de Ciências. Já houve conversas com o Departamento de Recursos Humanos (DRH) e com a FUVEST, e está em andamento a solicitação de contratação de um novo docente, dada a urgência da demanda. A professora ressaltou a importância desse pedido, tendo em vista a necessidade de garantir a continuidade das aulas e assegurar que os alunos não sejam prejudicados em relação ao conteúdo, já que o calendário letivo segue seu curso independentemente das questões administrativas. Ela agradeceu o esforço coletivo e mencionou que a área de Ciências se mobilizou ativamente para manter as aulas, estabelecendo parcerias com professores da Faculdade de Educação e, ao que tudo indica, também com docentes do Instituto de Biologia. Essas parcerias têm permitido a organização de oficinas e outras ações didáticas planejadas conjuntamente entre os professores da universidade e os da Escola de Aplicação. Além disso, os estagiários têm sido orientados para desenvolver atividades didáticas supervisionadas, o que tem gerado bons resultados. A professora Vivian agradeceu especialmente aos professores do

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

Departamento de Metodologia de Ensino e Educação Comparada (EDM), professor Agnaldo e professor Maurício, que prontamente se colocaram à disposição. Fez questão de deixar esse reconhecimento registrado. 3 - Expediente dos Membros: Sra. Regina informou que a obra está praticamente concluída. Já foi realizada uma primeira vistoria pela SEF para a entrega, mas foram apontadas algumas questões que precisam ser corrigidas. Mencionou que está aquardando essas correções para poder liberar as partes que ainda dependem de ajustes, como nos banheiros, que são de responsabilidade da unidade e não da SEF. O elevador já foi concluído, mas ainda não pode ser utilizado, pois também depende da liberação final da SEF, que ainda não autorizou sua utilização. A parte da lanchonete também está finalizada e faltam apenas alguns detalhes para que o bloco da Ala A esteja totalmente disponível para uso. A instalação dos bebedouros, que era uma demanda desde 2022 e que não pôde ser realizada em 2023, foi finalmente concluída. Em 2024, com a mudança da legislação, foi possível realizar as instalações no bloco B, o que foi comemorado pela equipe. Sra. Regina também mencionou os ventiladores solicitados para o projeto de graduação: inicialmente, foi feito o pedido de 120 unidades e agora foram liberados 50 ventiladores, que começarão a ser instalados assim que chegarem. A intenção é substituir os ventiladores existentes de forma gradual, primeiro nos locais onde há espaço para armazená-los e em seguida concluir o trabalho de substituição. Ela destacou que os ventiladores em boas condições que estão no bloco B serão retirados e instalados na Escola de Aplicação. Informou que, assim que forem finalizadas as etapas em andamento, a atenção será voltada à instalação de ventiladores na biblioteca, enquanto não se resolve a questão do ar-condicionado naquele espaço. Em relação ao sistema de ar-condicionado, explicou que o projeto de conserto do chiller já foi elaborado e aprovado pela SEF, o processo agora está em fase de encaminhamento para execução e já começou a organizar o material necessário para dar início à manutenção e tão logo o conserto seja concluído, serão realizados os trabalhos de manutenção da climatização da biblioteça. No âmbito da Faculdade, foram adquiridos 23 novos aparelhos de ar-condicionado, que já foram instalados. Paralelamente, está em andamento um projeto para o conserto dos aparelhos que estão inoperantes. Após essa etapa, será firmado um contrato para a manutenção dos sistemas de ar-condicionado da Faculdade de Educação e da Escola de Aplicação. Sra. Regina também informou que a unidade conta com recursos repassados pela Reitoria, com os quais já foi iniciada a troca do alambrado da Escola de Aplicação. A equipe responsável já fez a vistoria do espaço e iniciou a instalação das novas portasbalcão, no segundo andar já foi concluído e os trabalhos estão no momento concentrados no primeiro andar, com previsão de término até a próxima sexta-feira. Foi autorizada também a troca das portas de saída de emergência da Ala B da Escola de Aplicação, duas no total. Resta apenas definir a data de execução do serviço. Por fim, informou que, no âmbito do projeto de graduação, foi retomada a entrega das

241

242

243

244245

246247

248

249

250

251

252

253

254

255

256257

258

259

260261

262263

264

265266

267

268

269

270

271

272

273274

275

276

277278

279

carteiras escolares. A distribuição será realizada em três lotes, e um comunicado sobre o cronograma de entrega já foi enviado, junto com orientações sobre o uso do estacionamento para essa operação. Sra. Regina informou que a Faculdade está com um contrato ativo para prestação de serviços de carregadores e que um e-mail será enviado à comunidade comunicando que, entre o dia de hoje e a próxima sexta-feira, a copa da unidade estará mais ocupada, o motivo é a presença de oito trabalhadores que estarão atuando na Faculdade nesse período. Assim, ela pediu a colaboração da comunidade para que seja garantido um espaço adequado para que esses profissionais possam realizar suas refeições. Aproveitou também para fazer um pedido direcionado aos departamentos/professores. Informou que, com a nova saída de emergência localizada na Ala A, instalada no corredor dos laboratórios, alguns alunos têm confundido a porta com uma saída comum, o que tem causado disparos do alarme de segurança. Relatou que houve reclamações por parte de professores, pois o barulho tem atrapalhado o andamento das aulas. Explicou que, durante a fase de obras, a porta estava liberada para uso por conta da construção da rampa de acesso à Ala A e houve inclusive sinalização provisória orientando os usuários a utilizá-la. No entanto, agora que as aulas foram retomadas normalmente, a porta voltou a ser exclusivamente uma saída de emergência. Apesar disso, alunos continuam utilizandoa por acreditarem que é uma saída mais rápida. Informou que será enviado um e-mail com orientações claras aos docentes, para que também possam alertar os estudantes em sala de aula, especialmente nos laboratórios. Reforçou que a sinalização já está instalada, indicando que se trata de uma saída de emergência, e que o uso incorreto acaba disparando o alarme. Por fim, observou que a situação é mais uma questão de hábito e que, com o tempo e orientação a comunidade deve se adaptar. Reiterou, contudo, que têm sido recorrentes as queixas de professores sobre as interrupções causadas pelos alarmes durante as aulas. A professora Carlota sugeriu que o e-mail com os avisos sobre a saída de emergência e outras orientações seja enviado periodicamente para toda a comunidade, de modo a reforçar as informações de forma contínua. Na sequência, Sra. Marina levantou uma questão relacionada aos informes anteriores, especialmente à reunião com o Reitor e a Vice-Reitora. Comentou que se lembrava de o professor Valdir ter mencionado que, além da discussão sobre o novo bloco, também foi abordada a reforma do bloco B, mais especificamente a situação do quadro elétrico. Perguntou, então, qual foi o retorno da Reitoria sobre esses pedidos. A professora Carlota explicou que, na reunião, o foco principal foi a discussão do projeto do novo bloco. Segundo ela, a Reitoria informou que não haveria tempo hábil, dentro do atual mandato, para que fosse feita a cotação e, ao mesmo tempo, realizada a reserva orçamentária para a obra, ou seja, nenhuma das duas etapas seria viável no período restante desta gestão. Diante desse cenário, a Faculdade passou a concentrar esforços na elaboração de um novo projeto arquitetônico, com a intenção de finalizá-lo ainda durante esta Reitoria. A ideia, segundo a Profa. Carlota, é que

281

282

283284

285

286

287288

289 290

291292

293

294

295

296297

298

299300

301 302

303

304

305

306 307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

321 havendo um projeto pronto e com encaminhamento bem definido, haja um 322 compromisso da próxima gestão da Reitoria em dar continuidade à proposta, respeitando os compromissos assumidos. Por fim, observou que, apesar das 323 324 dificuldades com o novo bloco, a reforma do bloco B, incluindo o quadro elétrico, é 325 considerada mais viável e mais fácil de ser viabilizada do que a construção de um prédio novo. IIIª PARTE - ORDEM DO DIA: 1. PROCESSO SELETIVO: 1.1. 326 COMISSÃO JULGADORA: 1.1.1. REFERENDAR - Memo. EDM/070/FE/22/07/2025 327 - Composição da Comissão Julgadora do Processo Seletivo para contratação de um 328 Professor Contratado III (Doutor), ou Professor Contratado II (Mestre), Metodologia do 329 330 Ensino de Alemão I e II, conforme Edital 15/2025. Colocado em discussão e, a seguir 331 em votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) referendou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. 1.1.2. REFERENDAR - Memo. EDM/072 332 333 /FE/30/07/2025 - Alteração da composição da Comissão Julgadora, "ad referendum" 334 do Conselho, do processo seletivo para contratação de um Professor Contratado III (Doutor) ou Professor Contratado II (Mestre), Metodologia do Ensino de Alemão I e II 335 - Edital 15/2025. Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico 336 337 Administrativo (CTA) referendou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. 338 1.2. RELATÓRIO FINAL: 1.2.1. REFERENDAR - Memo. EDM/083/FE/08/08/2025 -339 Relatório Final do Processo Seletivo para Contratação de um Professor Contratado III (Doutor), ou Professor Contratado II (Mestre), por prazo determinado, para atuar nas 340 341 disciplinas EDM0411 - Metodologia do Ensino de Alemão I e II. Edital 15/2025. Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo 342 343 (CTA) referendou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. 2. ESTÁGIO PROBATÓRIO: 2.1. MEMO-EDA -70/2025 - Relatório de Estágio Docente (RED) do 344 345 Prof. João Francisco Migliari Branco, aprovado no Conselho do EDA. Prof. Rosenilton Silva de Oliveira foi indicado para Comissão de Avaliação do Estágio do referido 346 347 professor. Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico 348 Administrativo (CTA) aprovou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. 2.2. 349 MEMO. EDM/079/FE/08/08/2025 - Projeto de Estágio Docente do Prof. Dr. Abel Lopes 350 Xavier, aprovado no Conselho do Departamento do EDM, com parecer emitido pelo 351 Prof. Dr. Rogério de Almeida do EDA. Colocado em discussão e, a seguir em votação, 352 o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 07 (sete) votos e 01 (uma) abstenção. 2.3. MEMO-EDF 55/FE/12/08/2025 - Relatório de Estágio Docente (RED) 353 354 da Profa. Dra. Taís Araújo com parecer de mérito emitido pelo Marcos Sidnei Pagotto-355 Euzebio e aprovado pelo Conselho do EDF. Colocado em discussão e, a seguir em 356 votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. 2.4. MEMO-EDF 56 /FE/12/08/2025 - Relatório de Estágio 357 Docente (RED) da Profa. Dra. Ana Karina Checchia com parecer de mérito emitido 358 359 pela Profa. Dra. Elizabeth dos Santos Braga e aprovado pelo Conselho do EDF. 360 Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo

(CTA) aprovou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. 3. AFASTAMENTO: 3.1. Memo EA - Pedido de Afastamento de Eduardo de Faria Carniel para Belém-PA Brasil de 30/09/2025 a 03/10/2025 - Participação com apresentação de trabalho do XXVIII Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (SOCINE), em pesquisa vinculada a programa de pósgraduação (doutorado). Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. 3.2. Memo EA - Pedido de Afastamento de Francisca Caroline Pires da Silva para Belém-PA - Brasil de 29/09/2025 a 03/10/2025 - Participação com apresentação de trabalho do XXVIII Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (SOCINE), em pesquisa vinculada a programa de pósgraduação (mestrado). Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. Discussão desse item: Após a aprovação dos afastamentos, Sra. Regina fez uma pergunta sobre o uso de verba de treinamento por parte dos dois professores afastados. Questionou se eles estariam utilizando esse tipo de recurso. A professora Vivian respondeu que acreditava que sim. Sra. Regina complementou, explicando que, embora não esteja completamente atualizada sobre as regras mais recentes, relembrou que, em casos como esse, especialmente quando há afastamentos longos ou viagens para apresentação de trabalhos ligados à pós-graduação, é importante observar a finalidade específica da verba. Destacou que a verba de treinamento não tem como propósito principal o custeio de participação em cursos, sendo esta uma finalidade própria de outra categoria de recursos. Esclareceu ainda que a participação em congressos pode ser coberta com verba institucional apenas quando o docente estiver representando oficialmente a instituição. A professora Carlota ponderou que, neste caso, não haveria necessariamente um vínculo formal com o Programa de Pós-Graduação, uma vez que o fato de a pesquisa ter origem nesse contexto não implica por si só que a finalidade da atividade esteja diretamente vinculada ao programa. Ressaltou que o docente pode apenas estar relatando a origem da pesquisa, sem que isso caracterize uma representação institucional vinculada ao PPG. Sra. Paula informou que até o momento não havia recebido nenhum pedido de despesa referente à verba de treinamento. Sra. Vânia respondeu que esses pedidos ainda estão na COMREC, pois o número de solicitações é muito grande. Ela destacou que este ano a COMREC recebeu um total de R\$38.000,00 para custear treinamentos para os 193 funcionários, o que tem se mostrado insuficiente para atender a todas as demandas. Sra. Vânia comentou que, em conversas com a Profa. Lindiane, responsável pela comissão, foi levantada a necessidade de levar essa discussão a um outro patamar. Explicou que, embora a verba seja fundamental para os cursos e treinamentos necessários, especialmente para a Escola de Aplicação e para a melhoria do currículo, ela está sendo consumida majoritariamente pelos cursos mais caros. Como resultado,

361

362

363

364 365

366

367

368 369

370

371

372

373

374

375

376377

378

379

380

381

382

383

384 385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

está se tornando difícil atender a outras demandas, principalmente aquelas voltadas para cursos e treinamentos obrigatórios, como os de NR (Normas Regulamentadoras) e os relacionados à Brigada de Incêndio e motoristas. Adicionalmente, a COMREC fez um levantamento de dois anos atrás, apontando uma série de cursos sugeridos pelos funcionários, os quais são de grande interesse, mas não podem ser atendidos devido à limitação orçamentária. Sra. Vânia sugeriu que, para resolver essa situação, seria necessário aumentar a verba destinada ao treinamento ou criar uma verba específica que seja voltada exclusivamente para atender a demandas relacionadas à vida acadêmica, sem comprometer o financiamento de cursos obrigatórios e outros treinamentos essenciais. De acordo com a Sra. Vania, com o orçamento atual, não há recursos suficientes para atender a todas as demandas. Destacou que, apesar da aprovação de algumas iniciativas, como a demanda de cursos técnicos e a mudança na área de mídia e informação, o dinheiro disponível não será suficiente para custear esses cursos. Além disso, há outras necessidades urgentes, como cursos de treinamento para a gestão de contratos, que também não poderão ser atendidos devido ao alto custo desses eventos. Sugeriu que essa questão seja discutida com os funcionários e com a administração, a fim de buscar soluções viáveis. Uma possível abordagem seria solicitar um aumento na verba destinada aos treinamentos. Outra proposta seria criar, na unidade, um mecanismo que permita que os professores utilizem recursos orçamentários para custear cursos de capacitação, desonerando a verba central da COMREC e garantindo o treinamento de mais funcionários. Prof. Valdir menciona que, anteriormente parecia que a situação estava resolvida, mas agora os pedidos continuam surgindo para outras finalidades. Ele acredita que é necessário retomar essa discussão ou então negar esses pedidos de forma clara. Profa. Carlota, por sua vez, acha difícil negar esses pedidos, especialmente considerando que eventos como congressos podem também promover o aprimoramento profissional do indivíduo. Ela entende as observações feitas sobre a frequência desses pedidos e o fato de que eles estão, de certa forma, atropelando outras solicitações, mas acredita que não é possível estabelecer uma hierarquia clara entre os cursos que são mais ou menos úteis profissionalmente. Para ela, todos têm o potencial de agregar valor ao desenvolvimento profissional. Prof. Valdir observa que o problema principal aqui não é a discussão em si, mas a falta de uma verba específica destinada a esses tipos de demandas. Ele explica que, quando se olha para os pedidos de verba para os funcionários da secretaria, esses estão dentro do escopo da COMREC. O problema surge quando se trata de demandas acadêmicas da Escola de Aplicação, pois não há uma dotação orçamentária específica para atendê-las. Ele ressalta que, embora as solicitações da Escola de Aplicação sejam acadêmicas, a verba da COMREC não foi pensada para esse tipo de fim. Profa. Carlota ressalta que o aperfeiçoamento dos funcionários também se enquadra nessa mudança proposta. Sra. Regina comenta que, durante o período em que foi representante no CTA, esse

401

402

403 404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416 417

418

419

420

421

422

423

424

425

426 427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

tema surgiu bastante e ela entende a importância do que foi relatado. Ela lembra que, naguela época o professor Júlio, que fazia parte do CTA, destacou que a participação dos professores da Escola de Aplicação é muito importante, mas tem características semelhantes às dos docentes da Faculdade. O departamento, segundo Sra. Regina, tinha uma verba específica destinada a essa finalidade, com certas regras de utilização, que era usada para esses fins. Essa verba era exclusiva para os professores da escola, não incluindo os funcionários administrativos. Sra. Regina acrescenta que houve uma mudança, acompanhada de perto pela Sra. Maria, que aumentou o percentual da verba para a Escola de Aplicação, também destinada somente a essa finalidade. Essa verba ficou separada dos pedidos dos demais funcionários da escola que concorrem junto com a COMREC. Ela compartilha essa lembrança para trazer à tona uma discussão que já foi realizada anteriormente. Sra. Marina então, com uma nova informação, afirma que a situação mudou. Ela concorda que é realmente difícil definir o que constitui aperfeiçoamento, dado que as funções variam muito entre os membros da comunidade. No entanto, ela acredita que o problema está na limitação da verba disponível. Por isso, sugere que a discussão passe por critérios de priorização, como ocorre em outras atividades. Ou seja, priorizar cursos que atendam a uma maior demanda de funcionários, possibilitando que mais pessoas se beneficiem da verba. Sra. Marina também propõe que se estabeleça um prazo para os pedidos, o que atualmente não existe. Se houvesse, por exemplo, uma data limite para pedidos no segundo semestre, isso ajudaria a organizar e distribuir melhor os recursos disponíveis. Com esse prazo, seria possível aplicar critérios de priorização para os pedidos, estabelecendo regras claras para quem pode acessar a verba, além de tornar o processo mais transparente e justo. Ela sugere, então, que a discussão seja retomada para formalizar essas mudanças, criando uma estrutura mais clara e eficiente. Sra. Paula explica que, no documento das Diretrizes Orçamentárias, já foi solicitado que os recursos disponíveis para cursos sejam usados de maneira a contemplar um grupo maior de funcionários. Ela menciona que dentro desse escopo estão cursos voltados para áreas como informática e licitações, que são considerados prioritários. Também é importante destacar que, no documento, fica claro que a verba da COMREC não é destinada à Escola de Aplicação para esse tipo de demanda. No entanto, a Escola de Aplicação recebe um percentual maior da dotação básica, justamente para cobrir as suas necessidades internas. Esse valor é 2% da dotação básica (antes era 1,5%), e a Escola tem autonomia para decidir como utilizá-lo. O Prof. Valdir acrescenta que essa divisão de recursos não é novidade, e já estava estabelecida anteriormente. Ele lembra que, durante discussões passadas, até houve a proposta de extinguir a COMREC, mas ele tem dúvidas sobre se a comissão já foi recomposta, pois alguns setores ainda não indicaram representantes, deixando essa tarefa para a direção. Sra. Marina sugere que a questão da priorização de cursos e verbas seja discutida em uma próxima reunião, com a documentação necessária para

441

442

443

444

445

446 447

448

449

450

451

452

453

454

455

456 457

458

459

460 461

462 463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

embasar a discussão. Ela acredita que é importante estabelecer prazos claros para as solicitações, como, por exemplo, até tal data para o segundo semestre, a fim de evitar que sobrem verbas por falta de pedidos. Prof. Valdir menciona que a COMREC deveria ser responsável por essa tarefa e lembra que já foi discutido anteriormente que a FEUSP possui uma página específica sobre priorização de pedidos de verba para cursos, com um regulamento e formulários para facilitar o processo. Ele reforça que o procedimento já está estabelecido e organizado nesse espaço. Sra. Marina reforça que, sem um prazo determinado, a verba pode acabar não sendo utilizada, já que pode não haver pedidos de formação durante o ano. Por isso, ela defende a necessidade de prazos para garantir que as verbas sejam aplicadas corretamente. Ela lembra que, em alguns anos, sobrou verba da COMREC, o que indica que a gestão dos recursos poderia ser mais eficiente com prazos fixos para os pedidos. Prof. Valdir comenta que é necessário formar uma comissão responsável por gerir o uso dessas verbas, tanto para os professores da Escola de Aplicação quanto para participação em congressos. Ele ressalta que fica difícil estabelecer critérios rígidos de priorização porque os prazos de inscrição dos eventos variam bastante, o que exige certa flexibilidade. Por isso, uma comissão teria que analisar caso a caso para decidir sobre os pedidos. No entanto, essa situação poderia restringir os professores da Escola de Aplicação, que passariam a depender de outra verba específica já existente para suas demandas. Ele finaliza dizendo que essa é uma questão que a própria comissão teria que resolver. Profa. Vivian sugeriu que a COMREC faca um mapeamento dos pedidos de verba feitos recentemente para entender para onde o dinheiro está sendo efetivamente destinado. Ela acredita que, com esses dados organizados, fica mais claro para todos, inclusive para os professores da Escola de Aplicação, o quanto a universidade e a faculdade têm apoiado essas demandas. Ela ressaltou que estudos do meio consomem uma grande parte dessa verba e são bastante onerosos, comprometendo significativamente o orçamento disponível. Por isso, é importante ter clareza sobre o uso desses recursos para garantir que o apoio continue, sem prejudicar a formação dos demais funcionários. Profa. Vivian acredita que esse mapeamento poderia mostrar também os momentos do ano em que os pedidos aumentam ou diminuem, possibilitando um melhor remanejamento da verba. Ela entende que isso não faz parte diretamente da COMREC, mas considera importante fazer esse estudo para organizar o destino da verba com mais transparência e eficiência. Prof. Valdir fez uma retrospectiva da situação da COMREC: Inicialmente, houve a proposta de extinção da COMREC. Depois, foi discutida a proposta de não extinção, mas, mesmo após essa decisão, a COMREC não foi recomposta adequadamente. A comissão ficou com um grupo pequeno e, provavelmente, com algumas pessoas indicadas que estão trabalhando. Agora, estamos de volta ao mesmo problema que já havia sido identificado. Prof. Valdir se afastou da comissão, mas é necessário voltar à discussão. Ele acredita que, para fazer o levantamento sobre o uso da verba, a COMREC seria a

481

482

483

484 485

486

487

488 489

490

491

492

493

494

495

496 497

498

499

500

501 502

503

504

505506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

responsável, a menos que seja criada uma nova comissão específica para isso. Como a COMREC não está adequadamente recomposta, Prof. Valdir propôs recompor a comissão e convocar seus membros para que o levantamento seja feito. Esse levantamento precisa ser apresentado e discutido. A questão agora é que, sem a COMREC recomposta, será necessário tomar providências para reformar a comissão para que o processo avance. Sra. Vânia trouxe algumas considerações críticas sobre a COMREC e o funcionamento da comissão: Sra. Vânia acredita que a COMREC hoje tem uma função limitada. Ela entende que a comissão não está mais cumprindo seu papel inicial, que seria de analisar e discutir as demandas de forma mais profunda, mas sim de apenas aprovar os pedidos com base em um orçamento já aprovado, sem avaliar a real viabilidade das propostas. Ela observa que os formulários chegam justificados pela chefia, o que torna redundante a comissão analisar apenas se há verba disponível ou não. Para ela a COMREC deveria ser mais do que um órgão de aprovação de verbas. Ela deveria buscar alternativas viáveis, como procurar empresas ou profissionais dentro da universidade para fornecer os treinamentos necessários, além de ajudar na transformação das demandas em ações concretas. Ela defende que a comissão não deveria ser meramente burocrática, mas sim proativa, buscando soluções para a efetividade dos pedidos. No passado, houve uma discussão sobre a extinção ou reformulação da COMREC. A maioria dos membros votou para que a comissão fosse extinta ou reformulada. No entanto, na recondução, a comissão não foi reformulada e alguns membros não estão satisfeitos com a situação atual, vendoa apenas como um processo para aprovar ou negar pedidos sem análise aprofundada. Marina trouxe um ponto muito importante sobre o desafio do engajamento nas comissões e grupos de trabalho, que é algo bem comum em várias instituições. Poucas pessoas acabam assumindo a maioria das atividades, gerando sobrecarga. Necessidade de membros ativos para que a COMREC funcione de fato, precisa ter pessoas comprometidas, que representem os funcionários e façam o trabalho proposto. Sra. Marina destaca que o regimento já define prioridades, treinamentos em primeiro lugar, depois necessidade de atualização, e participação em eventos por último e também há critérios como tempo sem formação. A discussão precisa caminhar para pensar em como reformular a comissão para que ela cumpra efetivamente seu papel e respeite os critérios definidos. Profa. Carlota sugere que chamem a Comissão para discutir essas questões. Regina levantou um ponto bem relevante para a discussão, reforça que houve um momento em que a direção da faculdade destinou um incremento de 0,5% da dotação básica para a Escola de Aplicação, justamente para atender as demandas dos professores da escola, especialmente para participação em congressos e aperfeiçoamento. Porém, esse recurso acabou sendo incorporado a outras prioridades da escola ao longo do tempo, e essa destinação específica se perdeu, o que pode fazer com que alguns professores da escola se sintam excluídos hoje. Então, além da questão de reformular a COMREC e pensar em

521

522

523

524

525

526

527528

529

530

531

532

533

534

535

536537

538

539 540

541

542

543

544

545

546547

548

549

550

551

552

553554

555

556

557

558559

critérios, vale considerar a possibilidade de resgatar ou criar algum mecanismo financeiro específico que garanta a esses professores a oportunidade de participar e se desenvolver, sem que eles se sintam preteridos em relação ao restante da comunidade acadêmica. 3.3. Memo EA - Pedido de Afastamento Prof. Ernani Nagy de Moraes dia 29/08/2025, "I SIMPÓSIO DE CAPACITAÇÃO SOBRE CIGARRO ELETRÔNICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA-PR". Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 07 (sete) votos, por unanimidade dos presentes. 3.4. Memo EA - Pedido de afastamento de Ana Lucia Bezerra Nunes Cruz de 01/07/2025 a 02/07/2025, São Paulo - O curso de Pós-Graduação As Relações Interpessoais na Escola: no Instituto Vera Cruz em São Paulo. Sra. Vania faz uma observação sobre os afastamentos de funcionários celetistas devem ser apreciados e aprovados no mínimo 20 dias antes do evento, porque pela CLT tem a questão do funcionário não poder se deslocar para fora em todo o risco que a unidade responde, se acontecer alguma coisa pela não formalização do afastamento, então os afastamentos estão indo muito atrasados. Talvez reforçar junto aos funcionários para pedir com bastante antecedência, senão a Unidade responde diretamente para a Delegacia do Trabalho, que agora vai fazer inserções direto à Unidade. Por sinal, já receberam o documento e, a Profa. Carlota já nomeou a Regina e eu para respondermos, porque eles vão ter uma ligação direta com as unidades on-line. Isso significa que a fiscalização vai aumentar muito em relação às normativas de trabalho. Corre-se o risco de ter que responder por isso. E a unidade pode ser até multada por não cumprir as normas. Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 05 (cinco) votos e 02 (duas) abstenções. 3.5. Memo EA - Pedido de afastamento de Ana Lucia Bezerra Nunes Cruz dia 04/07/2025, Curso presencial de pós graduação Relação interpessoal na escola. Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 05 (cinco) votos e 02 (duas) abstenções. 3.6. Memo EA - Pedido de afastamento de Marcelo de Salete Souza de 23 a 24/08/2025 para São Carlos, Participação como palestrante na Festa do livro da USP São Carlos, no dia 23 de agosto de 2025, as 15h, no campus da Universidade de São Paulo - Vão Livre do Prédio E1 da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC). Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. 4. BENS: 4.1. -**Memo Serviços de Materiais -** Nº do Processo: 154.00007428/2025-12 - Solicitação de incorporação de bens - Projeto da Profa. Lúcia Helena Sasseron Roberto - uma Câmera GoPro-Modelo Hero e um Gravador Modelo H1N digital portátil. Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. 5. OUTROS ASSUNTOS: 5.1. Luciene Cibelle S. L. Vitor - Solicita verba da COMREc para participação no XIII FORSEC. Sra. Marina faz uma observação pequena assim não muda a votação só

561

562

563

564

565

566567

568569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580 581

582 583

584 585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

porque na hora de fazer o despacho a COMREC colocou que estava liberando a verba para inscrição e diárias. Mas tá lá no papel que não tem, não tem taxa de inscrição. Então na verdade a liberação da verba para as diárias somente. Só essa observação que acho que vai ficar clara. Colocado em discussão e, a seguir em votação, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) aprovou por 08 (oito) votos, por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, a Senhora Diretora agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. E, para constar, eu, Luci Mara Reinaldo Gimenes, Chefe da Divisão Acadêmica, lavrei e digitei a presente ata, que será assinada por mim e pela Diretora da FEUSP, Profa. Dra. Carlota Boto na reunião em que foi discutida e aprovada. São Paulo, 14 de Agosto de 2025.